



SEMINÁRIO REALIZADO PELO CFF É PRIMEIRO PASSO PARA PREPARAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA ATENÇÃO BÁSICA. EVENTO MOSTRA O EXPRESSIVO IMPACTO DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICO NO SETOR PÚBLICO.

*Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.*

O QUE PODE O FARMACÊUTICO

"O farmacêutico, quando for atuar na atenção básica, especialmente no PSF (Programa Saúde da Família), irá abrir um importante diálogo com o médico e fechar o elo multiprofissional ligado ao medicamento, melhorando a qualidade da terapêutica". A declaração é do Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza (CE), médico Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Ex-presidente e atual Diretor de Comunicação Social do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), comentando a participação do farmacêutico na atenção básica pública. O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, no discurso de abertura do evento, salientou: "Enfim, estamos na atenção básica, e isso deverá alterar substancialmente a realidade da saúde pública brasileira". Mas, atenção: O Ministério da Saúde só repassará os recursos destinados ao custeio de ações e serviços farmacêuticos, definidos pela Portaria 698/06, aos Municípios que pactuarem a assistência farmacêutica com o MS. O aviso é do Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) do Ministério, farmacêutico Manoel Roberto da Cruz Santos.



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos (segundo da esquerda), dirige a Mesa, na abertura do Seminário. À sua esquerda, o Vice-presidente do órgão, Edson Chigueru Taki; e, à direita, a Secretária-Geral, Lérica Vieira, e o Tesoureiro, Salim Tuma Haber.



Auditório reuniu Conselheiros Federais e Regionais, Diretores de Conselhos, gestores públicos e farmacêuticos.



Secretário de Saúde de Fortaleza, médico Luiz Odorico Monteiro: "Sem serviços farmacêuticos, não há atenção básica".

Luiz Odorico foi um dos palestrantes no I Seminário de Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em seu auditório, em Brasília, de 19 a 20 de maio de 2006. As palavras do Secretário de Saúde de Fortaleza empolgaram e tocaram fundo o auditório. Afinal, era um médico gestor público afirmando que, sem serviços farmacêuticos, não se consegue fazer atenção básica (ver, nesta edição, entrevista "ping-pong" com Luiz Odorico).

De acordo com o Secretário de Saúde de Fortaleza, a realidade do PSF é a seguinte: existe, de um lado, o médico, que faz o diagnóstico e cria um processo terapêutico, e o paciente. Mas essa relação é pouco sistematizada e proveitosa, porque falta, neste contexto, uma parte fundamental: o diálogo do médico com o farmacêutico, para fechar o elo da comunicação e melhorar a qualidade da terapêutica.

O farmacêutico, acrescentou o Secretário de Saúde da capital cearense, alterará positivamente a qualidade dos serviços prestados no PSF, porque ajudará a resolver o grave problema da transgressão terapêutica (não adesão do paciente ao tratamento). E mais: contribuirá, também, na vigilância e na fitoterapia.

"O farmacêutico dará ainda uma contribuição interdisciplinar valiosa às equipes multiprofissionais, construindo novas práticas e novos saberes, superando os conhecimentos profissionais isolados. Ou seja, ele fará com que haja a integralidade da atenção básica", ressaltou Luiz Odorico.



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: "Desafio, agora, é qualificar farmacêutico que atuará no SUS". Ele anunciou criação do Curso de Capacitação em Assistência Farmacêutica na Atenção Básica

IMPACTO – Já o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, declarou que se a contratação de farmacêuticos pelos mais de 5.500 Municípios vai gerar um custo para o Ministério da Saúde, os benefícios advindos dos serviços profissionais não terão preço, dos pontos de vista social e sanitário, pois gerarão um impacto "fantástico" junto às populações usuárias dos serviços públicos.

O impacto, segundo o dirigente do CFF, ocorrerá na otimização dos recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) e no atendimento das demandas, o que diminuirá as desigualdades nesse campo. Impacto, também, no aumento da segurança do uso do medicamento e na qualidade de vida da população usuária do Sistema.

Os benefícios dos serviços farmacêuticos, ainda de acordo com Souza Santos, serão grandes e poderão ser observados na redução dos preços com a aquisição dos medicamentos pelos Municípios, pois será feita com planejamento farmacêutico e à luz de um rigoroso perfil epidemiológico; no armazenamento

adequado dos produtos, na adesão ao tratamento, na diminuição considerável do índice de intoxicação medicamentosa que, hoje, lidera o *ranking*, atingindo o patamar de 30% entre as intoxicações registradas, no Brasil; na redução do nível de reações indesejáveis ao medicamento e no fortalecimento da cultura do uso racional de medicamentos.

O presidente do Conselho Federal observou que a atuação do farmacêutico na atenção básica gerará, ainda, um outro benefício valioso: a evolução das equipes multiprofissionais. "Elas passarão a contar com o elo que faltava para fechar o ciclo do atendimento, que é o profissional do medicamento – o farmacêutico, agora, investido de novos e complexos conhecimentos clínicos", complementou.

QUALIFICAÇÃO – Jaldo de Souza Santos lembrou que o desafio do CFF, agora, é a promoção da qualificação profissional. Acrescentou que será um conhecimento focado no SUS, na atenção básica e na assistência farmacêutica, como, também, em gestão farmacêutica.

Ele adiantou que o CFF já elaborou um programa voltado para a atenção básica pública, que começará a ser executado, no início do segundo semestre, em algumas capitais brasileiras. Faz parte do programa o **Curso de Capacitação em Assistência**

Farmacêutica na Atenção Básica. O curso será ministrado, em todos os Estados do País, e alcançará todos os profissionais.

Em seu pronunciamento, proferido na abertura do I *Seminário de Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*, Jaldo de Souza Santos conclamou os órgãos de saúde a se juntarem ao CFF, no esforço pela qualificação profissional. "Sejam nossos parceiros, estejam conosco. Entendamos a delicadeza deste momento e tentemos construir as bases para a formação do farmacêutico de que o Sistema Único de Saúde necessita", pediu.

EXPERIÊNCIAS – No evento, farmacêuticos que ocupam cargos de gestores – secretários municipais de Saúde e dirigentes de departamentos de Assistência Farmacêutica dos Municípios – expuseram as suas experiências na inclusão dos serviços profissionais farmacêuticos. Narraram as dificuldades e os benefícios com a contratação dos profissionais (*mais detalhes nas próximas matérias sobre o evento*).

O Seminário foi um passo importante do CFF, com o objetivo de preparar o farmacêutico para esse novo desafio. O evento também está identificando propostas que envolvam a participação dos Conselhos Regionais de Farmácia na qualificação voltada ao SUS.

Iniciativas farmacêuticas bem-sucedidas

Pela jornalista Priscila Rangel

"Eu queria melhorar a qualidade da saúde dos pacientes do meu Município e, para conseguir isso, resolvi estudar muito. Estudei o funcionamento do SUS (Sistema Único de Saúde), estudei a legislação pertinente e procurei entender como tudo estava organizado na saúde pública". O depoimento é da farmacêutica Natália Maria Maciel Guerra, Secretária Municipal de Saúde de Bandeirantes (PR), há cinco meses. Ela foi convidada pela organização do I *Seminário de Implementação dos*

Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), para expor a sua experiência de gestora em saúde.

Em 2001, assim que concluiu o curso de Farmácia, Natália Maciel Guerra foi atuar no Departamento de Assis-

tência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes, de pouco mais de 33.000 habitantes.

Em quase cinco anos de trabalho, a farmacêutica reorganizou o banco de informações sobre os pacientes e sobre medicamentos, informatizou o sistema de cadastro da farmácia, contratou mais auxiliares, estimulou a interlocução entre os diferentes profissionais da saúde, promoveu a educação em saúde para a população e ainda gerou economi-



Farmacêutica Natália Guerra, Secretária Municipal de Saúde de Bandeirantes (PR): "Tive que estudar muito, inclusive o funcionamento do SUS, para melhorar a qualidade de vida dos pacientes".

as na aquisição de medicamentos, por meio da compra por licitações públicas e pelo Consórcio Paraná Saúde. Conseguiu gastar menos, melhorando a qualidade do atendimento.

Outra experiência farmacêutica bem sucedida aconteceu na outra ponta do País - no Ceará -, no Município de Pedra Branca, com população de 41.959 habitantes. A farmacêutica Elaine Pereira Bezerra viveu, no Nordeste do País, situações muito parecidas com as vividas por Natália, no Sul. Elaine teve que reestruturar o espaço físico e reorganizar as informações, cadastros e o funcionamento do setor, para garantir a qualidade dos serviços farmacêuticos no seu Município.

"Hoje, tenho fama de *briguenta*, porque tive que reclamar muito para que as coisas começassem a mudar. Eu brigava por melhorias para a farmácia do Município e, também, contra erros de prescrição", diz Elaine, que está à frente dos serviços farmacêuticos em Pedra Branca (CE), há cinco anos. Ela considera que a criação do cadastro informatizado



Farmacêutica Elaine Pereira Bezerra dirige os serviços farmacêuticos públicos do Município de Pedra Branca (CE)

dos pacientes foi sua grande ferramenta para começar a promover as transformações dentro do setor.

O cadastro, explicou, permite que ela controle a quantidade de medicamentos dispensados, o que evita o desperdício e reforça o uso racional. Segundo Elaine, além da economia gerada, o cadastro e as campanhas de conscientização da população são importantes armas contra o arriscado hábito de estocar medicamentos, em casa. "Além do controle pelo cadastro dos usuários, exigimos a apresentação do receituário. Isso aumenta o nosso controle e, também, ajuda a identificar problemas de erros de medicação", acrescentou a farmacêutica.

Já o farmacêutico Fernando Cardenas, Secretário Municipal de Saúde de Piracicaba (SP), com cerca de 366 mil habitantes, conseguiu mais que quadru-

uplicar o número de farmácias públicas, na região, que, agora, somam 22, divididas em regiões e especializadas ou descentralizadas. O serviço público de Piracicaba possui 15 farmacêuticos, 22 auxiliares de Farmácia, 14 bolsistas e produz uma média de 60 mil receitas ao mês.

O crescimento do número de profissionais é resultado direto do esforço da Secretária de Saúde. Entre as ações desenvolvidas no Departamento de Assistência Farmacêutica destacam-se os programas estratégicos de combate à Hipertensão e à Diabetes, além de programas focados na Colostomia e saúde da mulher.

Além do sucesso que obtiveram na implantação da assistência farmacêutica em seus Municípios, esses farmacêuticos têm algo a mais em comum: a consciência de que as suas missões ainda não estão cumpridas. Para eles, a importância do que fizeram, até aqui, é grande, mas todos entendem que ainda falta fazer mais para oferecer uma melhor atenção farmacêutica aos pacientes.



Farmacêutico Fernando Cardenas, Secretário de Saúde de Piracicaba (SP)

MS: recursos só para Municípios que pactuarem

O Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) do Ministério da Saúde (MS), farmacêutico Manoel Roberto da Cruz Santos, avisou que o MS não repassará os recursos federais destinados ao custeio de ações e serviços farmacêuticos, definidos pela Portaria 698/06, aos Municípios que não pactuarem a assistência farmacêu-

tica com o Ministério. A afirmação foi feita, durante o I *Seminário sobre Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), nos dias 18 e 19 de maio de 2006, em Brasília.

Ao ser questionado sobre a data em que o Ministério da Saúde disponibilizará os recursos federais

Diretor do DAF, farmacêutico Manoel Roberto da Cruz Santos, avisou: "O Ministério da Saúde não repassará recursos destinados ao custeio de ações e serviços farmacêuticos aos Municípios que não pactuarem com o MS"



para os Municípios, Manoel Roberto da Cruz explicou que o MS já fez a sua parte, assegurando os recursos e que, agora, cabe a cada Município apresentar programas e projetos que incluam a contratação de farmacêuticos e a estruturação da assistência farmacêutica. O Diretor do DAF acrescentou que os Municípios interessados em receber os recursos adicionais terão que fazer um pacto com o MS, garantindo o com-

prometimento do dinheiro com os fins declarados.

A notícia foi recebida com surpresa pelos participantes do Seminário - conselheiros federais e regionais de Farmácia, diretores de Conselhos Regionais, gestores municipais e outras autoridades. Muitos se manifestaram sobre a possibilidade de ocorrer dificuldade em fechar o pacto com gestores de municípios que ainda

não têm farmacêuticos contratados e que, por isso, poderiam não perceber a importância dos serviços farmacêuticos para a população.

O Seminário foi coordenado pela Secretária-Geral do CFF, Lérida Maria dos Santos Vieira e sua organização coube a um grupo formado pelos farmacêuticos Valmir de Santi (PR), Marília Cunha (DF) e Ricardo Sá (CE).

Farmacêuticos apresentam propostas

Os Conselhos Regionais de Farmácia e as entidades farmacêuticas deverão promover ações que esclareçam e sensibilizem os gestores públicos e os farmacêuticos sobre a importância da assistência farmacêutica na garantia da qualidade de vida da população. As propostas, aprovadas pelos participantes do Seminário, mostram a preocupação da categoria com a questão da persuasão das autoridades municipais quanto à contratação de farmacêuticos para atuar na atenção básica e com a qualificação profissional amoldada para o Sistema Único de Saúde. Entre as ações propostas para os Regionais e entidades farmacêuticas estão as seguintes:

- Realização de seminários e debates com Câmaras e Assembléias Legislativas, articulados com Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde - Comissão Intergestores Bipartite -, em defesa da assistência farmacêutica;
- Contribuição com os planos municipais de assistência farmacêutica;
- Criação da Comissão de Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os Conselhos Regionais de Farmácia;
- Criação de bancos de dados sobre assistência farmacêutica, para subsidiar entidades de saúde, Conselhos e demais interessados;
- Discussão da importância da criação de um sistema de financiamento compartilhado para a gestão de assistência farmacêutica com gestores estaduais e municipais do SUS.

Foram, ainda, aprovadas propostas de ações a serem desenvolvidas pelo Conselho Federal de Farmácia. Os participantes do Seminário pedem que o CFF desenvolva uma intensa mobilização política, com vistas a que a assistência farmacêutica seja uma realidade, em todos os Municípios brasileiros. As ações são:

- A busca de parcerias com vários setores do Ministério da Saúde (MS), como o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), o Departamento de Atenção Básica (DAB) e o Departamento de Apoio à Descentralização (DAD), com a Câmara Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), para garantir a implementação da Portaria número 698, de 30 de março de 2006, do Ministério da Saúde.
- Proposição ao MS da realização de uma amostra nacional de assistência farmacêutica no SUS, com o nome "O farmacêutico mostra sua cara", para sensibilizar os gestores municipais e a sociedade sobre a importância do profissional na saúde pública.
- Envio de solicitação ao DAF/ Ministério da Saúde de reativação do Grupo de Trabalho de Assistência Farmacêutica, que não se reúne, desde dezembro de 2005.
- Promoção de discussões com entidades da área de saúde e com os gestores do SUS, para a elaboração de uma política nacional farmacêutica.

Outras luzes sobre participação do farmacêutico no SUS

SECRETÁRIA-GERAL DO CFF E COORDENADORA DO SEMINÁRIO, LÉRIDA VIEIRA, AVALIA COMO "EXTREMAMENTE POSITIVA" REALIZAÇÃO DO EVENTO



Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira, explica que Seminário foi positivo, pois atraiu gestores e lideranças sanitárias em torno de uma discussão sobre serviços farmacêuticos no SUS

"O Conselho Federal de Farmácia tinha que dar uma contribuição ao Ministério da Saúde, com vistas a agilizar a regulamentação da Portaria 698/06". A declaração é da Secretária-Geral do CFF, Léria Maria dos Santos Vieira, coordenadora do I *Seminário de Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*. A diretora do Conselho avalia como "extremamente positiva" a realização do evento.

Ela entende que o Seminário trouxe "luzes" importantes para a tomada de posições por parte do CFF, CRFs e das organizações farmacêuticas em relação à participação do farmacêutico na atenção básica pública: a qualificação profissional, a pactuação dos Municípios com o Ministério da Saúde, a sensibilização dos gestores para a necessidade de atenção farmacêutica no serviço público etc.

Outro aspecto importante realçado por Lérica Vieira foi o fato de o Seminário atrair gestores públicos e lideranças sanitárias. Eles, além de tomar conhecimento, com profundidade, das diretrizes operacionais para os pactos pela vida, da gestão pactuada, da realidade do Sistema Único de Saúde, em que pesem os prejuízos decorrentes da ausência do farmacêutico nos serviços, e de apresentar propostas, enriqueceram os debates com as suas experiências. "É assim que se constrói uma idéia e se toma uma direção", comemorou a Secretária-Geral do CFF.

Lérica Vieira observa que as diretrizes darão novos rumos ao SUS, no que diz respeito à gestão, ao financiamento e à reorganização da assistência farmacêutica com a inclusão dos serviços profissionais. "Saímos do Seminário mais fortalecidos e com propostas que não tínhamos para enfrentar todo este momento tão especial, marcado pela inclusão dos serviços farmacêuticos na atenção básica", ressaltou Lérica Vieira.

O Seminário revelou um aspecto preocupante: a afirmação do Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) do Ministério da Saúde (MS), farmacêutico Manoel Roberto da Cruz Santos, de que o MS só repassará recursos federais destinados ao custeio de ações e serviços farmacêuticos, definidos pela Portaria 698/06, para os Municípios que pactuarem com o Ministério.

A Diretora do CFF acredita que a solução para o impasse esteja na capacidade de convencimento do CFF, dos Regionais, das organizações farmacêuticas e dos farmacêuticos em geral e na busca do diálogo permanente com os gestores. "Resta ao Conselho Federal de Farmácia fazer um amplo trabalho de sensibilização e conscientização junto aos gestores de Saúde municipais sobre a importância do farmacêutico para a população e para o Município", concluiu Lérica Vieira.

Pelo jornalista Aloísio Brandão

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DE FORTALEZA, MÉDICO LUIZ ODORICO MONTEIRO, EX-PRESIDENTE DO CONASEMS, DECLARA QUE O FARMACÊUTICO DARÁ NOVO RITMO AO PSF E RESOLVERÁ PROBLEMAS IMPORTANTES DO PROGRAMA, COMO O VAZIO DE COMUNICAÇÃO COM OS PRESCRITORES, SITUAÇÃO QUE COMPROMETE A EFICÁCIA DA TERAPÊUTICA.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

O FARMACÊUTICO NO PSF: o olhar embasado e crítico de um médico gestor público



Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza, Luiz Odorico Monteiro de Andrade

O farmacêutico dará uma dinâmica completamente diferente ao PSF (Programa Saúde da Família). Ele – e exclusivamente ele – é quem poderá resolver o intolerável problema do vazio existente na comunicação com os prescritores, fato que compromete significativamente a eficácia da terapêutica medicamentosa. A observação é do Secretário de Saúde do Município de Fortaleza, o médico Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Ex-presidente do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), organização influente nas decisões do Ministério da Saúde, da qual Odorico é o Diretor de Comunicação So-

cial. "Falta, hoje, o diálogo do médico com o farmacêutico, para fechar o elo terapêutico", explica Odorico. Médico com Residência em Medicina Preventiva e Mestrado em Saúde Pública, ambos pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Unicamp (Universidade de Campinas), Luiz Odorico, nome referendado até fora do País, quando se trata de gestão em saúde pública, encantou os participantes do I Seminário de Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em seu auditório, em Brasília, de 19 a 20 de maio de 2006, ao falar dos avanços que o farmacêutico irá promover no PSF. A referência a que se transformou o seu nome nas discussões sobre gestão em saúde pública vem de sua bagagem nessa área, acumulada em 17 anos como Secretário de Saúde nas prefeituras petistas de Icapuí, Quixadá, Sobral e, agora, em Fortaleza, onde conseguiu alterar os indicadores pessimistas relacionados ao setor de saúde. Mas os benefícios dos serviços farmacêuticos vão muito mais longe. No espaço do PSF, ainda de acordo com ele, o farmacêutico proverá avanços incríveis, também, nas áreas da vigilância e da fitoterapia. Dará, ainda, uma valiosa contribuição às equipes multiprofissionais, carentes de informações multidisciplinares, "construindo novas práticas e novos saberes e superando os conhecimentos profissionais isolados que, aí, estão". Odorico revela que a visão do Conasems, hoje, é de valorização do farmacêutico. A revista PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou o Secretário de Saúde de Fortaleza, Luiz Odorico. **Veja a entrevista.**



PHARMACIA BRASILEIRA - Dr. Luiz Odorico, o senhor afirmou, na palestra que fez no I *Seminário de Implementação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*, que a não adesão do paciente ao tratamento é um dos problemas graves de saúde e um grande desafio pra os gestores. O senhor acredita que as ações do farmacêutico, na atenção básica, poderão resultar em solução para o problema?

Luiz Odorico Monteiro de Andrade – Há uma questão importante que o farmacêutico - e só ele - poderá desenvolver: abrir um diálogo com os prescritores e tornar a terapêutica mais eficaz. Hoje, a realidade é a seguinte: existe, de um lado, o médico, que faz o diagnóstico e cria um processo terapêutico, e o paciente. Mas essa relação é pouco sistematizada. Falta, neste contexto, uma parte fundamental: o diálogo do médico com o farmacêutico, para fechar o elo terapêutico. Mas o farmacêutico poderá, agora, fechar esse elo, com a sua ida para a atenção básica.

O problema da transgressão terapêutica (não adesão ao tratamento) é muito sério. E o farmacêutico poderá não só promover a adesão, como melhorar a sua qualidade. Ele dará uma contribuição enorme ao PSF, na área do medicamento, na vigilância e na fitoterapia.

O farmacêutico dará ainda uma contribuição interdisciplinar valiosa às equipes, construindo novas práticas e novos saberes, superando os conhecimentos profissionais isolados que, aí, estão. Ou seja, ele irá melhorar a terapêutica e contribuirá com a integralidade da atenção básica, o que aumentará a eficácia e a eficiência dos tratamentos.

PHARMACIA BRASILEIRA – Vêem-se, em vários espaços, experiências denominadas "assistência farmacêutica", sem a participação do farmacêutico. Como a assistência farmacêutica pode ser estruturada sem o farmacêutico? É possível isso, em sua visão de gestor público?

Luiz Odorico Monteiro de Andrade – Não, não é possível. Tanto que é importante garantir, no mínimo, um farmacêutico para cada unidade básica de saúde. E, à medida que se adquire uma certa complexidade e as atividades forem sendo desenvolvidas, amplia-se o número de farmacêuticos. Agora, é necessário convencer os Municípios a absorverem os serviços farmacêuticos, através do pacto.

PHARMACIA BRASILEIRA – Como o senhor acha que os outros profissionais vão receber o

farmacêutico nas equipes já formadas?

Luiz Odorico Monteiro de Andrade – Será muito bem recebido, é claro. Não haverá restrição alguma ao farmacêutico. Digo isso, tomando por base as nossas experiências, no Ceará. É impressionante como já começa a haver uma abertura expressiva nesse sentido. Quando chegar à equipe, o farmacêutico, imediatamente, contribuirá com ela, e isso justificará a sua participação e aceitação.

PHARMACIA BRASILEIRA – A Portaria 698/06 deixa claro a importância dos serviços farmacêuticos na atenção básica pública. Muitos gestores municipais, por sua vez, estão convencidos dessa importância. Mas por que demorou tanto para que o farmacêutico viesse a ser aceito concretamente nesse segmento da saúde?

Luiz Odorico Monteiro de Andrade – Há várias explicações para isso. A partir da década de 80 e à medida em que se foi consolidando o modelo técnico assistencial privatista na área da saúde, no

"O PROBLEMA DA TRANSGRESSÃO TERAPÊUTICA (NÃO ADESÃO AO TRATAMENTO) É MUITO SÉRIO. E O FARMACÊUTICO PODERÁ NÃO SÓ PROMOVER A ADESÃO, COMO MELHORAR A SUA QUALIDADE"

Brasil, que passou a priorizar a saúde como ausência de doença e com o grande incremento do complexo médico-farmacêutico-hospitalar, o farmacêutico foi se direcionando para duas outras áreas: a Indústria e as Análises Clínicas. Estes passaram a ser os grandes mercados empregadores.

O resultado disso é que ficou um certo vazio de militância na

"É IMPORTANTE GARANTIR, NO MÍNIMO, UM FARMACÊUTICO PARA CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. É, À MEDIDA EM QUE SE ADQUIRE UMA CERTA COMPLEXIDADE E AS ATIVIDADES FOREM SENDO DESENVOLVIDAS, AMPLIA-SE O NÚMERO DE FARMACÊUTICOS"

área da atenção básica. Este seminário traz este novo olhar do Conselho Federal de Farmácia sobre o assunto e mostra o quanto o órgão está preocupado com a atenção básica. Este novo olhar sinaliza com a inserção do profissional na atenção básica. É um olhar que coincide com o nosso – do Conasems –, de valorização dos serviços farmacêuticos.

A atenção básica é um espaço a ser conquistado pelo farmacêutico. A sua entrada nesse segmento é um imperativo ético, pois o profissional dará uma importante contribuição à atenção ao cidadão e nós entendemos que ética é, também, aquela ação que contribui.

PHARMACIA BRASILEIRA – O que representa a inserção do farmacêutico na atenção básica, dentro do SUS, justo quando o SUS sofre um complexo processo de aperfeiçoamento, com vistas a atender melhor ao princípio da universalidade previsto na Constituição? Que espaço lhe será reservado?

Luiz Odorico Monteiro de Andrade – Hoje, um dos nossos grandes desafios é qualificar a atenção, os cuidados. Temos que

potencializar as práticas e saberes acumulados, ao longo do século XX, para melhorar o serviço de saúde. Por isso, o farmacêutico é tão importante.

Que contribuição o farmacêutico poderá dar, neste momento, à atenção básica? Várias contribuições. Posso citar algumas:

- Vai fazer o acompanhamento terapêutico e abrir um importante diálogo com os prescritores;
- Criará uma política de dispensação de medicamentos com bases técnicas e científicas no espaço do PSF;
- Construirá com os demais profissionais da equipe a rotina e os protocolos, bem como o ajuste terapêutico de casos individuais das populações dos territórios onde atuam as equipes do PSF;
- Numa perspectiva de promoção da saúde, irá trabalhar as estratégias promocionais no campo da vigilância sanitária, compreendendo ações pedagógicas e educativas nas áreas da manipulação de alimentos, de vigilância ambiental biológica e não biológica, bem como na edificação de uma interlocução com as escolas promotoras de saúde. Aproveito para ressaltar que o PSF já tem experiência: de transformar as escolas municipais em centros radiadores de saúde.
- Trabalhar com fitoterapia. O farmacêutico pode cobrir esse segmento com informações técnicas e científicas sobre os fitoterápicos, qualificando a relação com os prescritores, quando o objeto da prescrição for um fitoterápico.



- Dialogar com as famílias sobre os fitoterápicos, com o objetivo de educá-las quanto ao seu uso, bem como buscar a construção de um espaço público destinado à produção e distribuição de mudas de plantas medicinais junto à população. Também, incentivar as famílias a usarem fitoterápicos.
- Atuar no internamento domiciliar. O farmacêutico terá papel fundamental, neste item, apoiando as equipes multiprofissionais, com o objetivo de promover a qualidade no internamento domiciliar, através do ajuste das doses, da orientação sobre o uso correto e, enfim, de todos os serviços contidos na atenção farmacêutica.
- Estruturar ações de farmacovigilância junto às equipes do PSF.

"QUANDO CHEGAR À EQUIPE, O FARMACÊUTICO, IMEDIATAMENTE, CONTRIBUIRÁ COM ELA, E ISSO JUSTIFICARÁ A SUA PARTICIPAÇÃO E ACEITAÇÃO"

JALDO DE SOUZA SANTOS, PRESIDENTE, E LÉRIDA VIEIRA, SECRETÁRIA-GERAL DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, PEDIRAM AO MINISTRO AGENOR ÁLVARES QUE A SAÚDE INICIE REPASSE DE RECURSOS PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS



Diretores do CFF e Ministro da Saúde discutem Portaria 698/06

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, apelou ao Ministro da Saúde, Agenor Álvares, que apresse a regulamentação do item D (Bloco de financiamento da assistência farmacêutica que trata do componente da organização de ações e serviços farmacêuticos) da Portaria 698/06. Souza Santos pediu, ainda, que o Ministério inicie o repasse de recursos federais aos Municípios, previstos na própria norma.

Os recursos seriam destinados ao custeio da organização de políticas de assistência farmacêutica pelos Municípios e da contratação de profissionais farmacêuticos. O Ministro Agenor Álvares prometeu reunir a sua assessoria para discutir a questão dos recursos para o custeio da assistência. Este e outros assuntos foram tratados por Souza Santos e Agenor Álvares, em reunião realizada, no Ministério da Saúde, no dia cinco de junho de 2006, da qual participou, também, a Secretária-Geral do CFF, Lérída Vieira.

Agenor Álvares, que é, também, farmacêutico (analista clínico), che-

gou a falar em "dificuldades" financeiras do Ministério para o custeio dos serviços farmacêuticos, através de repasses federais dessa Pasta diretamente aos Municípios. Mas, antes de anunciar uma posição, preferiu discutir o problema com seus assessores.

AVANÇO - Para Álvares, a inclusão, na Portaria 698/06, de um bloco exclusivo sobre a assistência farmacêutica, em que está contemplada a inserção dos serviços farmacêuticos na atenção básica, "é um dos maiores avanços na saúde pública do Brasil, nas últimas décadas".

O Presidente e a Secretária-Geral do CFF aproveitaram para lembrar os grandes desperdícios de medicamentos que vêm ocorrendo, nos Municípios, tanto pela perda da validade, quando pela aquisição desnecessária dos produtos. "Esses problemas poderiam ser resolvidos, se os Municípios mantivessem, entre os seus profissionais de saúde, o farmacêutico", observou Lérída Vieira. Agenor Álvares reforçou o assunto, acrescentando: "Medicamento não é para ficar em almoxa-

rifado", referindo-se à maneira equivocada como esses produtos são guardados.

Ainda sobre a participação do farmacêutico na atenção básica pública, prevista pela Portaria 698/06, Souza Santos disse ao Ministro da Saúde que o CFF antecipou-se à regulamentação da norma e elaborou uma política de qualificação profissional, toda ela focada nos serviços farmacêuticos no SUS. "Digo isso ao senhor, Ministro, para que tome conhecimento do quanto estamos nos preparando para este novo desafio. Tudo faremos para que o farmacêutico chegue ao SUS muito bem qualificado", realçou o dirigente do Conselho Federal.

FARMÁCIA HOSPITALAR - Outro assunto tratado disse respeito à área de farmácia hospitalar. O Presidente do Conselho Federal, Jaldo de Souza Santos, entregou um documento em que pede ao Ministro Agenor Álvares que publique a Política de Farmácia Hospitalar elaborada pela própria Saúde.

"Ministro, o projeto da Política de Farmácia Hospitalar está pronto, no DAF (Departamento de Assistência Farmacêutica), aguardando apenas a sua publicação", lembrou Souza Santos. Agenor Álvares quis saber se a política geraria muito custo para o Governo e ficou de encomendar um estudo, nesse sentido, à sua assessoria. Mas mostrou simpatia com a política.

CONVITE - O Presidente do CFF convidou o Ministro da Saúde, em nome da FIP (Federação Farmacêutica Internacional) e do Conselho, para participar do **Congresso Mundial de Ciências Farmacêuticas 2006**, que será realizado pela FIP em parceria com o CFF, de 25 a 31 de agosto deste ano, em Salvador. Durante o evento, a Federação irá promover uma reunião de ministros de Estado da Saúde de vários países, para a qual já há cerca de 30 presenças confirmadas.

*Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista*